

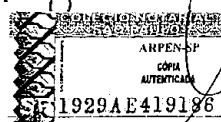
**DURATEX S.A.**

CIA. ABERTA - CNPJ nº 61.194.080/0001-58

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DURATEX S.A.,
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2002**

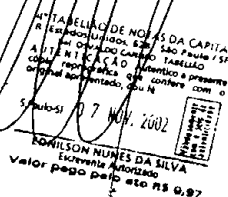
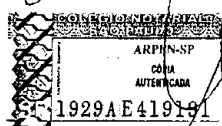
Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dois, às 17:30 horas, na sede social, na Avenida Paulista nº 1938 - 5º andar, nesta Capital, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Duratex S.A. Assumiu a presidência dos trabalhos o Vice-Presidente Laerte Setubal Filho. Havendo número legal o Sr. Presidente convidou para Secretário o Vice-Presidente Paulo Setubal - Neto, dando início à reunião. O Sr. Presidente informou aos presentes que, em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de debêntures, solicitando, em seguida, ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da seguinte proposta: "Proposta da Diretoria - A Diretoria da Duratex S.A. visando promover maior capitalização da Sociedade, propõe, a captação de recursos mediante a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie sem garantia e sem preferência. Os recursos provenientes da referida emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da companhia, afim de propiciar o desenvolvimento normal de suas operações, e a investimentos que se fizerem necessários para finalizar o programa de investimentos implementado pela companhia. A emissão teria as seguintes características:

1. **Quantidade Total de Debêntures:** 20.000 (vinte mil);
2. **Valor Nominal Unitário:** R\$10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão;
3. **Valor Total da Emissão:** R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data de emissão;
4. **Número de Séries:** única;
5. **Forma, Conversibilidade e Espécie:** escritural, não conversíveis em ações da Companhia e da espécie sem garantia e sem preferência;
6. **Data de Emissão:** 1º de dezembro de 2002;
7. **Prazo:** 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão;
8. **Data de Vencimento:** 1º de dezembro de 2007;
9. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada nos termos do item 10 abaixo, desde a data de emissão até a data da efetiva integralização. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;
10. **Remuneração:** Para cada "Período de Vigência da Remuneração" (conforme definido a seguir) as Debêntures farão jus a uma Remuneração a ser deliberada





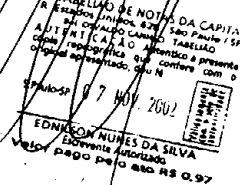
pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures. "Período de Vigência da Remuneração" significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão, encerrando-se em 01 de dezembro de 2004. Para o "Primeiro Período de Vigência da Remuneração", as Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, incidentes sobre o seu valor nominal unitário, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos no informativo diário, disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br> e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, acrescida de "spread" de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias; 11. **Periodicidade de Pagamento:** Durante o "Primeiro Período de Vigência da Remuneração" o pagamento da Remuneração será realizado nos dias 01 de junho de 2003, 01 de dezembro de 2003, 01 de junho de 2004 e 01 de dezembro de 2004; 12. **Amortização:** não há; 13. **Repactuação:** A 1ª (primeira) repactuação deverá ocorrer em 1º de dezembro de 2004; 14. **Aquisição Facultativa e Resgate Antecipado:** (a) A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior a seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado; (b) A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debêntures, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração. O resgate será realizado com observância do disposto no §1º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, podendo ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário, devendo permanecer em circulação, no mínimo 20% das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário o resgate deverá ser total; 15. **Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição





pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação em balcão organizado e/ou bolsa de valores, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições coordenadoras da distribuição que desejarem efetuar investimento nas Debêntures, independentemente de ordem cronológica; 16.

Vencimento Antecipado: São considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da 2ª Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, qualquer das seguintes ocorrências: a) não pagamento pela Emissora do principal ou da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento, não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis; b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis de sua ocorrência; c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, excluídas as obrigações de natureza pecuniária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias para a regularização do descumprimento de qualquer obrigação da Escritura de Emissão não será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado previstas neste item 16; d) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; e) pedido de falência da Emissora; f) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora; g) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); h) não manutenção pela Emissora de determinados Índices e Limites que visem a ser estabelecidos na Escritura de Emissão e que tenham como condição o vencimento antecipado das Debêntures; i) alteração estatutária da Emissora que implique redução de seu capital social, ou direito de recesso de seus acionistas, bem como reorganização societária (incluindo, sem limitação, a realização de fusão, cisão ou incorporação) envolvendo a Emissora, seus respectivos ativos, quando tais atos acarretarem impacto na capacidade da Emissora honrar o cumprimento de suas obrigações na Escritura de



Emissão; e j) as demais condições pertinentes e relacionadas a este item de vencimento antecipado que vierem a ser estabelecidas na Escritura de Emissão das Debêntures; 17. **Negociação:** As Debêntures serão registradas para negociação junto (i) ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e (ii) ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. São Paulo, 05 de novembro de 2002, aa) Paulo Setubal - Neto, Plínio do Amaral Pinheiro, Guilherme Archer de Castilho, Raul Penteado de Oliveira Neto, Mário Colombelli Filho, Ailton Castro Guardia." Prosseguindo, o Sr. Presidente, colocou a proposta em discussão e votação, resultando unanimemente aprovada. Deliberou, ainda, o Conselho de Administração, atribuir à Diretoria poderes para praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, inclusive: (i) celebrar escritura de emissão, de acordo com as condições determinadas por esta reunião e outras que os administradores entendam necessárias; (ii) contratar agente fiduciário, banco mandatário e escriturador das debêntures, fixando-lhes honorários; (iii) contratar agência de classificação de risco; (iv) contratar o Banco Itaú S.A. para intermediar a colocação pública das debêntures, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato de distribuição, ajustando cláusulas e condições, bem como fixar-lhe remuneração. Por fim, deliberou o Conselho de Administração, que o eventual saldo não subscrito das debêntures, observado o § 3º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, poderá ser cancelado antes do final do prazo da distribuição pública, mediante aditamento da respectiva escritura de emissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata, que é por todos assinada. São Paulo, 06 de novembro de 2002. (aa) Laerte Setubal Filho - Presidente, Paulo Setubal - Neto - Secretário, José Carlos Moraes Abreu, Jairo Cupertino, Olavo Egydio Setubal Junior.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

PAULO-SETUBAL - NETO
Secretário

